

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 796 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1999

Senado já aprovou dez matérias na convocação extraordinária

Senadores também participaram da votação de quatro medidas provisórias pelo Congresso Nacional. Propostas relacionadas com o ajuste fiscal são consideradas as mais importantes

*O plenário
apreciou em 98
um total de
920
matérias*

Plenário votou em média cinco matérias por semana desde o início do período extraordinário de sessões



Desde o início do período de convocação extraordinária, no dia 4, o plenário do Senado já aprovou dez matérias, sendo a de maior destaque a que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), apreciada em primeiro turno. Os senadores ainda participaram da sessão do Congresso Nacional, realizada na quarta-feira, que aprovou quatro medidas provisórias. Também nesta semana, as comissões técnicas do Senado votaram vários itens da pauta da convocação extraordinária, como o projeto que obriga o uso de nome genérico em medicamentos e tratados sobre transferência de presos.

PÁGINA 3

Comissão de Orçamento finaliza relatórios setoriais



Ramez Tebet

A Comissão Mista de Orçamento encerrou ontem a elaboração dos relatórios setoriais e deve concluir seus trabalhos na próxima semana, quando será votada a redação final da proposta de Lei Orçamentária de 1999. Conforme o relator-geral do projeto, senador Ramez Tebet, a comissão conseguiu preservar os recursos destinados à saúde, educação e reforma agrária. Também foi reduzido o impacto dos cortes nos recursos destinados à conservação de estradas.

PÁGINA 3

CRISE ECONÔMICA



Presidente do Senado conversou com o deputado Jair Meneguelli e o sindicalista Luiz Marinho sobre a retomada do desenvolvimento

CPMF será votada na terça-feira

Anunciada a data de votação, em segundo turno, da emenda que prorroga e eleva a CPMF

PÁGINA 3

Um político com alma de poeta

PÁGINA 8

Metalúrgicos pedem apoio de ACM contra o desemprego

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, pediu ontem apoio do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para um grande debate sobre o desemprego e a retomada do desenvolvimento. No

plenário, o senador Casildo Maldaner cobrou a ampliação do seguro-desemprego; Geraldo Cândido e Lauro Campos alertaram para os riscos de uma grave crise social no país.

PÁGINAS 4 E 5

Senadores buscam acordo para votar extinção de manicômios

Projeto pode ter sua última votação na quinta-feira. Até lá, Rocha e Lucídio tentam entendimento sobre presença do Ministério Público no processo de alta de pacientes

O projeto substitutivo que extingue progressivamente os manicômios no Brasil poderá ter sua última votação no plenário do Senado na próxima quinta-feira (21). A proposta esteve na Ordem do Dia na quarta-feira (13), mas a votação foi adiada em função dos protestos do senador Lucídio Portella (PPB-PI), que discorda de algumas emendas aceitas pelo relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Lucídio Portella lembrou que o projeto tramita no Congresso desde 1989, e, nesse período, vem sendo travada uma disputa entre correntes favoráveis e contrárias aos manicômios. No Senado houve acordo em torno dos termos de um projeto substitutivo, proposto pelo próprio Lucídio Portella, relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). No final do ano passado, o assunto foi a plenário, onde recebeu emendas e teve de voltar à CAS. O senador Sebastião Rocha foi então designado relator das emendas, tendo aceito algumas mudanças.

A pedido dos líderes partidários, a votação foi adiada para que as duas correntes cheguem a um acordo sobre as emendas. Lucídio Portella discorda



Lucídio (E) discorda de alguns pontos do substitutivo de Rocha

frontalmente de uma emenda aceita por Sebastião Rocha, a qual elimina a exi-

rá o risco de ser despejado na rua, engrossando as fileiras dos mend-

gos, dos sem-teto e outros". O relator das emendas, Sebastião Rocha, explicou em plenário, na última quarta-feira, ter concordado com a eliminação da presença do Ministério Público por entender que cabe unicamente aos médicos a decisão sobre se um paciente tem condições ou não de receber alta. Representantes das duas correntes devem se reunir com o relator antes da votação marcada para a próxima quinta-feira, para que cheguem a um acordo.

O projeto substitutivo extingue gradativamente manicômios e asilos de doentes mentais, mas mantém os hospitais psiquiátricos, desde que proporcionem assistência integral aos pacientes, incluindo serviços médicos e de assistência social, psicólogos e ocupação e lazer. A internação, no entanto, só será permitida nos casos graves.

Ainda na sessão da próxima quinta-feira, o plenário do Senado votará dois tratados de transferência de presos condenados, assinados pelo governo brasileiro com a Argentina e o Chile. A votação dos tratados estava marcada para ontem, mas acabou adiada para o dia 21.

Nome genérico de remédios entra em pauta na próxima semana

Depois de ter parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) aprovado na quarta-feira (13) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a impressão da denominação genérica das substâncias de remédios nos rótulos, bulas e embalagens passou a tramitar em regime de urgência

no Senado Federal.

Os senadores aprovaram requerimento nesse sentido na sessão de ontem, e a matéria deve entrar na Ordem do Dia do plenário na próxima quinta-feira (21). O projeto é de autoria do deputado Eduardo Jorge (PT-SP) e altera a Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária.

Reforma política será votada quarta-feira pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deve examinar na próxima quarta-feira (20) três projetos referentes à reforma político-partidária, apresentados pela comissão especial que estudou o assunto. São duas propostas de emenda constitucional (PECs), que instituem a fidelidade partidária e o sistema eleitoral misto, e um projeto de lei, que trata do financiamento público das campanhas eleitorais. Todas as matérias têm como relator o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que foi o relator da comissão especial.

A PEC que trata da filiação partidária prevê a perda de mandato para o parlamentar que cometer grave viola-

ção da disciplina partidária ou que deixe o partido pelo qual foi eleito. São excetuados os casos de fusão ou incorporação de partidos, e ainda quando o parlamentar deixar a legenda pela qual foi eleito para participar, como fundador, da constituição de novo partido.

Na comissão especial, Sérgio Machado argumentou que a fidelidade partidária é essencial para o fortalecimento das instituições políticas.

DISTRITAL

A outra PEC altera os artigos 45 e 46 da Constituição e estabelece que a representação de cada estado e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados será composta por 50% de candidatos eleitos em distritos. A outra metade dos candidatos será indicada em listas par-



Sérgio Machado foi relator das propostas na comissão especial do Senado que estudou a reforma

tidárias. O eleitor votará duas vezes: uma para o candidato do seu distrito eleitoral e outra para o partido de sua preferência.

Pela proposta, ficam vedadas as coligações partidárias nas eleições para o Legislativo. Se aprovada a matéria, as novas regras partidárias somente deverão valer para as eleições de 2006, dando o tempo necessário para adaptação às mudanças.

CRE examina indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se na terça-feira (19), a partir das 17h30, para analisar a indicação de dois novos embaixadores. O ministro de primeira classe Ruy Nunes Pinto Nogueira foi indicado para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à Venezuela e o ministro de primeira classe Henrique Rodrigues Valle Júnior para o cargo de embaixador junto ao Canadá. Os pareceres foram elaborados pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Hugo Napoleão (PFL-PI), respectivamente. As mensagens de indicação também precisam ser aprovadas pelo plenário.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1999

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (18.01.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão do segundo turno da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da CPMF.

Terça-feira (19.01.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em segundo turno, da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da CPMF.

Quarta-feira (20.01.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 19/98, que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre os Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados.

Quinta-feira (21.01.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em turno suplementar, do *Substituto ao PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios; *PLC 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina.

Sexta-feira (22.01.99)
10h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (19.01.99)
17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagens nºs 245/98 e 25/99, que submetem ao Senado nomes de embaixadores. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (20.01.99)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação do PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos deputados; e *PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição, que tratam da fidelidade partidária. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Quarta-feira (20.01.99)
12h - Cultura ao Meio-Dia
Indochina, dirigido por Régis Wargnier. Auditório Petrólio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Balanço da convocação inclui 10 matérias aprovadas

A emenda constitucional que prorroga a vigência e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), apreciada em primeiro turno pelo plenário, foi destaque dos primeiros dias de trabalhos

O plenário do Senado já apreciou dez matérias desde o início da convocação extraordinária, mantendo uma média de cinco aprovações por semana, e com destaque para a votação, em primeiro turno, da emenda constitucional de prorrogação e aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Os senadores também participaram da sessão do Congresso, realizada na última quarta-feira, que aprovou três medidas provisórias consideradas indispensáveis para o êxito do ajuste fiscal e a manutenção da credibilidade do país no meio financeiro internacional, além da que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Entre as matérias votadas no plenário do Senado nesta semana está o acordo entre os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – vi-



A sessão do Congresso que aprovou as medidas provisórias do ajuste fiscal contou com a participação dos senadores

sando investir na formação de profissionais em nível de pós-graduação, e o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza em 1996.

Os senadores também aprovaram as indicações dos novos embaixadores na Malásia, Geraldo Afonso Muzzi; na Áustria, Sérgio de Queiroz Duarte; e na China, Afonso Celso de Ouro-Preto.

Depois de dois dias de discussões, o plenário decidiu adiar, por quatro sessões, a votação do projeto de extinção progressiva dos manicômios, com o objetivo de permitir a elaboração de

acordo de lideranças sobre a matéria.

As comissões técnicas do Senado votaram, nesta semana, vários dos itens da pauta da convocação extraordinária, inclusive projeto da Câmara tornando obrigatória a utilização do nome genérico dos medicamentos, lado a lado do nome comercial, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Já a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o texto dos tratados sobre transferência de presos condenados com o Chile e com a Argentina.

MATÉRIAS APROVADAS PELO SENADO FEDERAL

(4 DE JANEIRO A 15 DE JANEIRO DE 1999)

Projetos aprovados e enviados à sanção	2
Projetos aprovados e enviados à promulgação	2
Indicações de autoridades e embaixadores	5
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
TOTAL DE MATÉRIAS APROVADAS	10

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(Em 1998)

Emendas constitucionais enviadas à promulgação	4
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	7
Projetos aprovados e enviados à sanção	102
Projetos aprovados e enviados à Câmara	148
Projetos aprovados e enviados à promulgação	389
Escolha de autoridades e embaixadores	85
Indicação aprovada	1
Total de matérias aprovadas	736
Propostas enviadas ao Arquivo	184
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	920

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

ACM marca para terça 2º turno da CPMF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou para a próxima terça-feira a votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que prorroga por 36 meses e eleva a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Caso se repita a votação registrada em primeiro turno, a proposta estará pronta para ir à Câmara dos Deputados, que já pode iniciar a sua tramitação durante a convocação extraordinária deste mês.

O plenário da Casa realizou ontem o segundo dia de discussão da proposta, mas nenhum senador fez uso da palavra. A proposta, que tem o senador licenciado Elcio Alves (PFL-ES) como primeiro signatário, obteve parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi aprovado pela CCJ com os votos contrários dos senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

A prorrogação da CPMF é uma das principais medidas do ajuste fiscal do governo federal. Pelo texto constitucional em vigor, a cobrança da CPMF vai até o próximo dia 22 de janeiro.

Relatores vão elaborar até domingo redação final do Orçamento da União para 1999

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral da proposta orçamentária, e os relatores adjuntos da Comissão Mista de Orçamento aprovaram nos últimos dois dias os sete relatórios setoriais da Lei Orçamentária de 1999. No sábado e no domingo, trabalham para preparar a redação final do Orçamento. As áreas de educação, saúde e agricultura, principalmente os programas de reforma agrária, tiveram

suas dotações mantidas, conforme a mensagem original do governo.

O deputado Alexandre Santos (PSDB-RJ), relator para Educação, Desportos, Cultura, Ciência e Tecnologia, garantiu recursos para bolsas de apoio à pesquisa científica e tecnológica e para formação de cientistas. Além disso, o relatório assegura dotações para todas as escolas técnicas e agrotécnicas federais e universidades. O rela-

tório da área de saúde, trabalho e assistência social, elaborado pelo deputado Rommel Feijó (PSDB-CE), também conseguiu manter recursos para programas importantes, como o de erradicação da dengue, e para aquisição e distribuição de medicamentos.

A agricultura também deve ser privilegiada no texto final do Orçamento. O relatório setorial, do deputado Márcio Reinaldo (PPB-

MG), fortalece o Programa de Agricultura Familiar (Pronaf), investe no Fundo Agropecuário para Fruticultura Irrigada no Nordeste e aumenta a destinação de recursos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Foram aprovados ainda, os relatórios das áreas de meio ambiente, poderes do Estado, planejamento urbano e infraestrutura.

Recursos para saúde e educação são preservados

A Comissão Mista de Orçamento deve concluir seus trabalhos na semana que vem com a votação da redação final da proposta de Lei Orçamentária de 1999. Ontem foram finalizados os relatórios setoriais. Segundo o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral do projeto, o principal mérito da comissão foi preservar os recursos destinados às áreas sociais, conforme a mensagem enviada ao Congresso pelo Poder Executivo, apesar das dificuldades financeiras do país.

– Estão mantidos os recursos para a saúde, educação e reforma agrária. O Congresso Nacional mexeu em custeio e em investimento, mas com critério. Procuramos

preservar as obras já em andamento, reduzindo os recursos para obras novas – explicou o senador.

Ramez Tebet relacionou as áreas que serão mais atingidas por cortes no Orçamento. Ele disse que foram canceladas as despesas anteriormente previstas para pagamento de precatórios (dívidas judiciais) não transitados em julgado. “Tentamos examinar a peça orçamen-



Ramez Tebet prevê votação do projeto pela comissão até terça-feira

tária minuciosamente, buscando possibilidades de recursos para investimento”, observou.

Com relação às emendas de bancada, o relator afirmou que, mesmo em valores abaixo dos pretendidos pelos parlamentares, foi possível assegurar recursos “capazes de impulsionar investimentos”.

Ramez Tebet disse que as emendas das bancadas estaduais eram, quase sempre, destinadas às ro-

dovias. Com isso, pôde-se minimizar o corte de 47% feito pelo governo no Orçamento do Ministério dos Transportes. No entanto, os recursos serão carreados para obras de conservação.

– As estradas brasileiras receberão recursos basicamente para conservação. É natural que se dê prioridade para as estradas. Concorde com o ministro dos Transportes, para quem é preciso conservar antes de construir novas estradas. Conservar é imperioso – disse Tebet.

Ramez Tebet previu que a Comissão Mista de Orçamento votará o texto final na segunda ou terça-feira.

Sindicato pede apoio de ACM contra o desemprego

Líder dos metalúrgicos do ABC quer gestões do senador visando à realização de um grande debate nacional em busca de rumos para a retomada do desenvolvimento do país

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, que, acompanhado do deputado Jair Meneguelli (PT-SP), pediu-lhe apoio para a realização de um grande debate em busca de alternativas ao crescente desemprego registrado no país.

De acordo com o sindicalista, o problema do desemprego no setor metalúrgico é relativamente mais grave do que em outros segmentos econômicos, sendo exemplo disso as 2.800 demissões na Ford e as manifestações de outras montadoras no sentido de também promoverem dispensas. Ele previu, por isso, um agravamento do quadro caso não sejam tomadas medidas urgentes para reverter a tendência de demissões em todas as etapas da cadeia produtiva.

Luiz Marinho pediu a intervenção do senador Antonio Carlos Magalhães junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, para a realização urgente de um fórum de debates, reunindo representantes dos trabalhadores, dos empresários, do governo e do Legislativo, para a discussão de alternativas que permitam a rápida retomada do crescimento e a redução do desemprego no país.

De acordo com o sindicalista, o senador Antonio Carlos manifestou-se preocupado com o quadro e disposto a colaborar na busca de soluções para o problema. Marinho disse que o presidente do Senado tentou, de imediato, um contato com o ministro do Trabalho, e prometeu falar com o presidente da República sobre a questão.

O líder metalúrgico do ABC lembrou que uma das possibilidades para estancar a crise no setor automobilístico seria um entendimento entre governo, empresários e trabalhadores para viabilizar o projeto de renovação da frota nacional, a partir da concessão de um desconto para a substituição de veículos velhos por novos.

Geraldo Cândido critica política econômica e alerta para riscos sociais

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) alertou ontem para os perigos sociais do desemprego no Brasil. "A luta dos trabalhadores da Ford, em São Bernardo, para não aceitar as 2.800 demissões, está sendo inovadora. Eles realizaram uma grande manifestação, começando no pátio da fábrica e prosseguindo numa passeata pela Via Anchieta, que contou com a participação de mais de 7 mil pessoas. Infelizmente, não se trata de um caso isolado, porque parece iminente uma grande onda de demissões entre as montadoras", destacou.

Geraldo Cândido relatou que a General Motors alega ter um excesso de 1.000 funcionários em São Caetano, e a Mercedes Benz um excedente de 500 funcionários, enquanto na Ford de São Paulo, que produz caminhões, é esperada a demissão de 600 funcionários, um terço dos 1.800 da fábrica. Acrescentou que a Scania quer que os tra-

balhadores aceitem a ampliação do banco de horas para evitar 200 demissões e que na Ford de Taubaté 45% dos 501 funcionários estão afastados por tempo indeterminado.

Para o senador pelo Rio de Janeiro, essas ameaças têm uma só razão: a queda na produção de veículos. "Para citar um exemplo, a fábrica da GM de São Caetano, que produzia 38 automóveis por hora, agora só produz 25. E qual a razão disso? Os pátios das fábricas e das revendas abarrotados de carros que só a muito custo conseguem vender. Em outras palavras, a causa da escassez de empregos é a escassez de compradores."

Geraldo Cândido perguntou se medidas que aumentam os impostos, como as votadas na quarta-feira pelo Congresso, não agravarão o problema, ao invés de resolvê-lo. "Com mais impostos, a capacidade de consumo da classe média vai diminuir e ela comprará me-



Cândido teme uma grande onda de demissões nas montadoras de veículos

nos automóveis", ponderou.

Ele questionou várias medidas da política econômica e financeira do governo, em especial os juros altos. "A política recessiva do governo, privilegiando a especulação e prejudicando a produção, não agravará o problema do de-

semprego e a própria instabilidade da economia?", indagou, concluindo seu pronunciamento com outra pergunta: "Por que persistimos em aplicar essa política que nos tem levado a sucessivas crises, como a que estamos passando hoje?"



Antonio Carlos Magalhães recebeu missão chefiada pelo deputado Bill Archer, que destacou a importância do Brasil e da América do Sul

Parlamentar dos EUA elogia aprovação de reformas no Brasil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem missão parlamentar dos Estados Unidos, chefiada pelo deputado republicano Bill Archer, presidente da Comissão de Orçamento da Câmara de Representantes norte-americana. Em sua saudação, Archer parabenizou o Congresso brasileiro por aprovar "importantes reformas estruturais" e fez votos de que "esse processo termine rapidamente e com sucesso".

De acordo com o deputado norte-americano, o Brasil e a América do Sul têm grande importância "não só para os Estados Unidos e o Ocidente, mas para o mundo", sendo que, neste momento, "os olhos do mundo estão voltados para o país". Com agenda centrada na troca de impressões sobre questões ligadas ao comércio exterior, agricultura e conjuntura econômica global, a missão parlamentar dos Estados Unidos reuniu-se também com o deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados.

Maldaner quer mudança no seguro-desemprego

Senador lembra que Orçamento para 99 a ser votado este mês destina apenas R\$ 54 milhões para investimentos do Ministério do Trabalho. Assim, diz ele, fica difícil superar o desafio de abrir novos postos de trabalho



Maldaner é contra o seguro adicional apenas para os desempregados das principais regiões metropolitanas

Fogaça propõe debate sobre a redução das taxas de juros

As taxas de juros podem ser reduzidas mediante uma simples canetada do presidente do Banco Central e, portanto, estariam na dependência de uma decisão exclusivamente política, ou elas exigem o equilíbrio das contas públicas para se manterem estáveis e próximas aos padrões internacionais?

Com esta questão, o senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem que governo, congressistas, empresários, associações e sindicatos, to-

dos favoráveis à redução dos juros praticados no país, debatam amplamente os caminhos para que esta meta seja alcançada.

Na opinião do senador, enquanto houver desequilíbrio nas contas públicas, com déficit da ordem de mais de 8%, qualquer decisão política de redução dos juros será temerária e de duração incerta, dada sua sustentação artificial.

Mesmo reconhecendo a procedência das reivindicações do setor produtivo, Fogaça questionou se a queda dos juros, por decreto, "não acabará gerando uma crise semelhante à que ocorreu na Tailândia".

As taxas de juros, argumentou, têm a ver com a organização das contas públicas e com a geração de confiança entre os investidores internos. Não foi essa concepção que esteve em-

butida na cobrança pública feita pelo então presidente da República Itamar Franco a seu ministro da Fazenda e ao presidente do Banco Central. "Aí estava embutida uma visão característica da social-democracia, a de que a taxa de juros é uma questão política", explicou.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) concordou com Fogaça na sua crítica ao tratamento das taxas de juros como uma questão política e na importância dada pelo senador à confiança dos investidores internos.

Os juros, explicou, são determinados pela base monetária admitida pelas autoridades econômicas, de modo que, quanto maior aquela base, maior a liquidez e menores os juros. E deu um exemplo: "Agora, numa penada, os juros foram aumentados de 19% para 39%, para manter os capitais voláteis, medida que abalou a confiança do mercado". O aumento dos juros por decreto funcionou, para os investidores, como demonstração de que alguma coisa deveria estar muito errada, completou Lauro.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA), por sua vez, sem entrar no mérito sobre qual o procedimento mais adequado, registrou a necessidade da redução das taxas de juros.

Fogaça não recomenda redução das taxas de juros por "canetada"

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu que o governo reveja sua política de atender apenas os desempregados das áreas metropolitanas com três parcelas adicionais do seguro-desemprego. Ele argumentou, em discurso feito ontem, que os trabalhadores das outras regiões do país "pertencem ao mesmo solo pátrio e possuem igualmente sangue brasileiro".

Conforme o parlamentar, o desemprego que castiga as grandes cidades é o mesmo que sacrifica cidades como Chapecó, Joinville e outros municípios brasileiros. "É compromisso nosso socorrer os demais brasileiros. Do contrário, estaremos inclusive fomentando o êxodo e a migração para as grandes metrópoles", afirmou.

Conforme o senador, o projeto de Orçamento para 1999, que o Congresso votará nos próximos dias, destina apenas R\$ 54 milhões para os investimentos do Ministério do Trabalho, que tem pela frente a "difícil missão" de gerar empregos. "Como é que o governo federal conseguirá criar alternativas à realidade do desemprego com tão

poucos recursos para investimento?", questionou o senador, acrescentando que os índices de desemprego atuais são os maiores da história do Brasil.

No entender de Casildo Maldaner, mesmo que o Legislativo altere alguns dispositivos da lei orçamentária, isso é necessário, porque a responsabilidade nesse momento é de todos. Ele apelou ao Ministério do Trabalho para que não negligencie essa questão, insistindo em que "devemos oferecer o mesmo direito a todos os brasileiros, sem discriminação contra quem quer que seja". Em sua opinião, igualar todos os brasileiros desempregados no acesso a essas três parcelas adicionais de R\$ 100,00 é o caminho necessário.

Em aparte, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) disse que esse tema é grave e merece ser focado com maior preocupação. E afirmou que "os desempregados de Campina Grande sofrem as mesmas inquietações que os desempregados de São Paulo".

Lauro teme crise social

O senador Lauro Campos (PT-DF) alertou ontem para a crise social que o Brasil está vivendo. "Meu homenageado de hoje é o jogador de futebol Raí, que, ao fazer doações para associações de atendimento a crianças, afirmou que o país está em guerra civil e, pior, ninguém parece estar percebendo. Para mim ele não é somente um grande atleta, mas também o maior sociólogo que o Brasil tem."

Na opinião de Lauro Campos, o Plano Real, ao combater a inflação, errou na dose. "E trouxe a deflação, que é um flagelo social ainda pior, porque faz aumentar a taxa de juros, bloqueando os investimentos e o crescimento econômico, gerando salários achatados, pobreza e desemprego. Não é o 'custo Brasil' que está impedindo o país de crescer, é o custo FHC", disse.

Lauro Campos afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso estava vivendo no mundo da fantasia quando importou maciçamente produtos estrangei-



"Não é o 'custo Brasil' que está impedindo o país de crescer, é o custo FHC", afirmou Lauro Campos

ros para "fingir" que os preços estavam estáveis. "As empresas brasileiras não puderam competir e quebraram os setores de autopeças, calçados, têxteis, porcelanas e outros mais", afirmou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou com a tese de ter sido a abertura do mercado às importações, feita às pressas, que trouxe consigo o desemprego. "A agricultura foi sucateada, as fábricas fecharam e o país ficou mais pobre. Essa abertura teria que ser dosada, porque uma estrutura de energia para corrente de 220 volts não vai resistir a uma carga de 300", ponderou.

Porto quer discutir dívidas estaduais no Senado

Para o senador, Casa deve assumir a liderança do debate da crise que atinge 90% das unidades da Federação, subordinadas a contratos de renegociação com a União “já definidos como impossíveis de serem cumpridos”

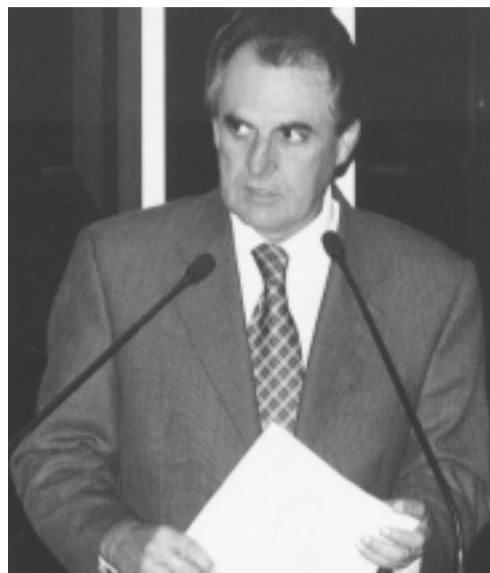


Dutra lembra que os títulos da dívida brasileira já haviam caído antes de Itamar decretar moratória

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) propôs ontem que o Senado, como Casa de representação dos estados, assumira a liderança da discussão sobre a crise que atinge 90% deles, “todos endividados e subordinados a contratos de renegociação de dívidas com a União já definidos como impossíveis de serem cumpridos”.

Arlindo Porto acrescentou que as recentes mudanças conjunturais impuseram a elevação das taxas de juros e, por conseqüência, determinaram uma redução da atividade econômica e da arrecadação.

– Não podemos deixar que a tecnocracia se coloque acima de todos nós para reduzir as dívidas dos



Arlindo Porto não aceita que a tecnocracia reduza a questão da dívida a mero assunto administrativo ou técnico-financeiro

estados e a crise que tomou conta dos seus governantes e governos a meros assuntos administrativos ou técnico-financeiros – afirmou.

Segundo o senador, os governadores também não são os únicos responsáveis pelo nível de endividamento atingido por seus respectivos estados. Assim, a seu ver, a acumulação das dívidas estaria exigindo uma discussão ampliada a ser encaminhada com “bom senso, ousadia política, capacidade de negociação, tolerância com os contrários e medidas e atitudes que venham beneficiar o conjunto dos estados, e não apenas um ou dois deles”.

Dutra reafirma defesa do governador mineiro

“Se o ex-presidente Itamar Franco cometeu algum desatino na vida pública, foi o de ter nomeado Fernando Henrique Cardoso para ser o ministro da Fazenda.” Essa foi a frase que o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sustentou ter dito em pronunciamento feito para criticar o PFL por ter-se ausentado da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos em que se decidiria sobre a vinda do governador de Minas Gerais para debater a crise econômica.

Ontem, em comunicação ao plenário, Dutra disse que o senador Edison Lobão (PFL-MA) pinçou essa frase do seu pronunciamento para insinuar que ele teria chamado Itamar Franco de “desatinado ou de louco, o que não corresponde à verdade”. Ele sustentou que quem assistiu a seu pronunciamento observou que este consistiu numa defesa de Itamar Franco.

– Eu disse, inclusive, que não era a pessoa mais categorizada, com maior credibilidade, para fazê-la. Acho que há outros sena-

dores nesta Casa com maior competência e obrigação de fazer esse tipo de defesa – argumentou o parlamentar.

Dutra reiterou que não concorda com a forma como a moratória de Minas Gerais está sendo passada para a opinião pública, por setores do governo e da imprensa, “no sentido de classificá-la como mais um desatino do ex-presidente Itamar Franco”. Explicou considerar que essa imagem

distorcida não faz justiça à história desse político, nem à verdade dos fatos, até porque os títulos da dívida brasileira já haviam caído antes de a moratória ser decretada.

Ainda a respeito do trecho pinçado por Lobão, José Eduardo Dutra disse que quem não ouviu seu discurso “ficou com uma impressão totalmente errada” do que ele havia dito. Conforme Dutra, Lobão teria dito que a oposição que se solidariza com Itamar Franco é a mesma que o chama de louco e desatinado. Dutra sustentou que isso não corresponde à verdade.

Dutra garante que não chamou Itamar Franco de desatinado. “Essa imagem não faz justiça à história desse político, nem à verdade dos fatos”, afirma o senador

Suplicy lamenta que CAE não tenha votado convite a Itamar Franco

O líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), voltou a atribuir às lideranças dos partidos aliados ao governo a responsabilidade pela falta de *quorum* na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que iria votar um requerimento convidando os governadores e o ministro da Fazenda para uma audiência pública sobre a situação financeira dos estados.

Segundo Suplicy, os líderes teriam recomendado às suas bancadas que não comparecessem à reunião, e os senadores da base governista “demonstraram receio de ouvir o governador Itamar Franco”. Ele foi aparteado pelo líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Napoleão nega ter orientado sua bancada

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), negou que tenha orientado sua bancada a não comparecer à comissão. Ele esclareceu que havia passado a manhã participando de uma reunião da Comissão Executiva do partido. “Quero dizer que eu não orientei nenhum companheiro a deixar de comparecer à CAE.” Também o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que

não recebeu orientação da liderança nos termos referidos por Suplicy, que reconheceu ter o senador comparecido à comissão onde deveria ser votado o requerimento convidando Itamar Franco.

Eduardo Suplicy lembrou que o governador mineiro convidou governadores e senadores para participar de uma reunião em Belo Horizonte, no próximo dia 18,

Casa cumprisse o papel de “agente catalisador” no processo de entendimento entre os governadores que estão pressionados pelas dívidas dos seus estados e o presidente Fernando Henrique Cardoso.



Suplicy (E) disse que líderes governistas orientaram bancadas. Napoleão (D) garantiu que estava em reunião da Executiva do PFL na hora da reunião

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Body Pump.
 7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Botânica - 2ª parte
 7h55 - Senado em Pauta
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Ginástica Especializada
 8h30 - *Especial Unip* - Assunto: Grippes e resfriados - 2ª parte
 8h55 - Senado em Pauta
 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Serra dos Órgãos
 9h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Requião fala sobre a desvalorização do real e a saída do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco
 9h55 - Senado em Pauta
 10h - Sessão plenária (ao vivo) - Segundo dia de discussão - Proposta de Emenda Constitucional que aumenta e prorroga a CPMF
 12h - *Cores do Brasil* - Brasília
 12h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Requião fala sobre a desvalorização do real e a saída do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco
 12h55 - Senado em Pauta
 13h - *Cores do Brasil* - Dendê da Bahia
 13h30 - *Consulta Marcada* - A endocrinologista Valéria Guimarães fala da "tiroide". Ela explica o que é, seus efeitos e o tipo de tratamento que deve ser feito
 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
 18h30 - *Cores do Brasil* - Olinda
 19h - *Palestra* - Meditação e Êxtase
 20h30 - *Entrevista* - O senador Roberto Requião fala sobre a desvalorização do real e a saída do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco
 21h - Jornal do Senado
 21h15 - *Consulta Marcada* - A endocrinologista Valéria Guimarães fala da "tiroide". Ela explica o que é, seus efeitos e o tipo de tratamento que deve ser feito
 22h - *Espaço Cultural* - Apresentando os cantores Zé Mulato e Cassiano
 22h30 - *Especial Unip* - Assunto: Botânica - 2ª parte.
 22h55 - Senado em Pauta
 23h - *Consulta Marcada* - A endocrinologista Valéria Guimarães fala sobre a glândula tiroide

Destques de sábado e de domingo:

11h, 17h e 23h - entrevista com o poeta e senador Ronaldo Cunha Lima feita pelo jornalista Fernando César Mesquita
 14h30 - Palestra *Cooperação ou Competição no*

Trabalho, pelo psicólogo Flávio Gikovate
 21h - *Espaço Cultural* - Os três tenores - Paulo Mandarin, Eduardo Itaborahy e Juremir Vieira

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
 Em seguida - Música e informação
 10h - Sessão plenária do Senado (ao vivo)
 Em seguida - Música e informação
 19h - "A Voz do Brasil"
 Em seguida - Música e informação
 20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h00 - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
 Em seguida - Música e informação
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
 Em seguida - Música e informação
 00h - Sessão plenária do Senado (reprise)
 Em seguida - Música e informação

SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" - A entrevista desta semana é com o caricaturista, escritor, poeta, jornalista e autor teatral Ziraldo. A apresentação é da professora Margarida Patriota
 11h - "A Música Erudita" - No programa desta semana, a música do francês Maurice Jarre, com as trilhas sonoras de filmes como "Ghost", "A filha de Ryan" e "Dr. Jivago". A apresentação é do Senador Artur da Távola
 16h - "A Música do Brasil" - O programa traz uma nova coletânea de grandes nomes da MPB como "Emoções", de Roberto e Erasmo, e "Anos Dourados", na interpretação de Marisa Rossi. A apresentação é do Senador Artur da Távola
 20h - "Especial do mês" entrevista a cantora Dóris Monteiro, que fala sobre sua carreira e seus principais sucessos
 22h - "Brahms - Vida e Obra" - No 33º programa da série, a "Sonata nº 2, para Clarineta e Piano - Opus 120". A apresentação é do Senador Artur da Távola

DOMINGO

11h - "A Música Erudita" (reprise)
 17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
 19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
 22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Créditos para Ceará e Goiás terão regime de urgência

Os pedidos de empréstimos, que integram programa de redução do setor público, serão apreciados em plenário na quinta-feira

Dois pedidos de autorização de operações de crédito no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual, firmados entre a União e os governos de Goiás e do Ceará, tiveram requerimentos de urgência aprovados pelos senadores na sessão de ontem. Os senadores devem apreciar os empréstimos na sessão da próxima quinta-feira.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) protestou contra a aprovação dos requerimentos. Segundo ele, acordo de lideranças estabeleceu que projetos sem parecer de comissão não devem tramitar em regime de urgência. Além disso, continuou, ambas as solicitações de empréstimo estavam listadas na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de quarta-feira passada, que teria sido "boicotada pelos senadores dos partidos da base de sustentação do governo".

— Esses mesmos senadores agora pedem urgência, num flagrante desrespeito à CAE — disse Dutra, lembrando que a não-realização da reunião da comissão foi um artifício para que não se aprovasse o convite para que os governadores, principalmente o de Minas Gerais,



O plenário apreciará pedidos de crédito que têm pareceres favoráveis

Itamar Franco, venham até o Senado apresentar a situação das contas de seus estados.

Após o pedido de verificação de quorum do senador do PT, o requerimento de urgência para o pedido de autorização da operação de crédito para Goiás, no valor de até R\$ 418,8 milhões, foi aprovado com 39 votos favoráveis, sete contrários e uma abstenção.

Em seguida, os senadores aprovaram, por votação simbólica, a urgência para a solicitação de empréstimo do Ceará, no valor de até R\$ 954,2 milhões.

— A aprovação dos requerimentos desmoraliza a CAE e estimula que ela não se reúna. Dessa forma, matérias dessa importância serão apreciadas sem a devida análise. Além disso, sou contra o

requerimento, pois, a julgar pelas declarações raivosas do governador do Ceará (Tasso Jereissati) contra o governador Itamar Franco, o estado deve estar nadando em dinheiro — afirmou o senador.

Apesar das reclamações de Dutra, a CAE ainda terá uma oportunidade de apreciar as solicitações de crédito de Goiás e do Ceará, antes que as matérias entrem na pauta do plenário no próximo dia 21. Os pedidos continuam na pauta da comissão, que tem reunião prevista para a terça-feira. Os relatores das solicitações de empréstimo para Goiás e Ceará na CAE são os senadores João Rocha (PFL-TO) e Jefferson Péres (PSDB-AM), respectivamente, ambos favoráveis às operações de crédito.

Requião prevê aumento de exportações após desvalorização

A desvalorização do real é uma medida positiva que vai beneficiar as exportações brasileiras. Essa é a opinião do senador Roberto Requião (PMDB-PR), manifestada em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Para o senador, a medida deve provocar a queda dos juros, mas não vai alterar a atual política econômica, que Requião considera altamente recessiva. O senador também destacou os efeitos negativos das exigências do FMI para a economia brasileira. Segundo ele, apenas a Argentina, o Peru e o Brasil seguem as orientações do Fundo e os resultados não têm levado à melhoria da qualidade de vida da população.

Outro assunto da entrevista foi



Roberto Requião

a moratória decretada pelo governador Itamar Franco, de Minas Gerais. Para o senador, Itamar apenas comunicou ao governo federal o que já estava ocorrendo na prática em Minas e em outros estados. Requião defendeu um diálogo entre o Senado e os governadores para discutir o problema e debater formas de renegociação das dívidas.

O senador pelo Paraná também comentou o processo de internacionalização da economia brasileira, o que, segundo ele, tem levado à retração da produção industrial do país. O senador defendeu, ainda, maior incentivo à agricultura e à agroindústria como forma de retomar o crescimento do país.

Senado homenageia Calmon na quinta-feira

Requerimento de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovado ontem, irá transformar a primeira parte da sessão da próxima quinta-feira em homenagem ao ex-senador João Calmon, falecido na última segunda-feira, em São Paulo. Calmon foi parlamentar por 32 anos e ocupou uma cadeira no Senado de 1971 até 1995. O ex-senador, representante do estado do Espírito Santo, destacou-se como defensor da ampliação dos recursos para a educação.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
 - Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
 - Polarização: Vertical
 - Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
 - Antena - 3,6 m LNB
 - Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
 - Symbol 3,2143MS-S
 - SEC 3/4
 - Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600
- Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo
- NET BsB - canal 7
 - SKYNET - canal 30
 - DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7



Ronaldo Cunha Lima: exaltação à simbiose entre o poeta e o político

TV Senado mostra poesia de Ronaldo

“Não existe conflito entre a política e a poesia, mas uma simbiose, uma troca entre as duas atividades. O poeta procura o político, quando precisa ser mais racional, e o político recorre ao poeta, quando sente a necessidade de ser mais emocional.”

A reflexão partiu do senador e poeta Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), em entrevista ao jornalista Fernando César Mesquita, na TV Senado. O programa, que vai ao ar amanhã e domingo, às 11h, 17h e 23h, privilegia a produção cultural do senador e abre espaço para que ele declame alguns de seus versos e opine sobre temas como criação poética, invasão de estrangeirismos na Língua Portuguesa e cultura popular.

Autor de várias obras poéticas, como *50 Canções de Amor*, *Versos Gramaticais* e *Livro dos Tercetos*, Ronaldo Cunha Lima classifica sua poesia como romântica. Ele revela um gosto especial pela composição de sonetos, mas garante não ter preferência por um ou outro de seus poemas. Afinal, explica, “poemas são como filhos. Não podemos ter preferências. É como ter de escolher entre as cores do arco-íris”.

O ponto alto do programa é a declamação da poesia *Habeas, Pinho*, acompanhada pelo violonista Carlinhos e pela flautista Dolores. O senador explica o contexto em que criou o poema: em Campina Grande (PB), um tocador foi autuado em flagrante por perturbar o sossego público e teve seu violão apreendido pela Justiça.

Para conseguir a liberação do instrumento, o boêmio contratou o recém-formado em Direito Ronaldo Cunha Lima. Sabendo que o advogado era também poeta, o juiz disse que só deferiria a petição se ela fosse feita em forma de verso, o que motivou a criação de um dos poemas mais conhecidos do senador.

Cabral cobra ação contra biopirataria

Senador afirma que laboratórios farmacêuticos multinacionais estão produzindo medicamentos a partir de plantas medicinais usadas pelos índios da Amazônia, sem pagar por sua utilização

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) denunciou ontem que laboratórios farmacêuticos transnacionais estão vendendo novos medicamentos criados a partir de produtos medicinais utilizados por índios da Amazônia, sem que esses povos recebam por isso. Ele solicitou à Secretaria Geral da Mesa do Senado o encaminhamento oficial do seu discurso à Procuradoria Geral da República para que sejam tomadas medidas contra a biopirataria naquela região:

– Mais grave ainda que a usurpação do conhecimento nativo sobre plantas e animais de uso medicinal, os genes dos próprios indígenas se fazem hoje objeto

do comércio internacional. A Johnson & Johnson, por exemplo, possui um banco de DNA dos índios brasileiros, cujas informações estão disponíveis pela Internet para quem quiser comprá-las – acrescentou o senador.

Segundo Cabral, no Brasil os povos da floresta amazônica, sobretudo os indígenas, são particularmente vulneráveis ao crime da biopirataria, tanto por sua preciosa medicina tradicional, baseada no uso de espécies vegetais e animais, quanto por seu isolamento, pobreza e falta de acesso à informação.

O senador pelo Amazonas citou matéria publicada no jornal *A Crítica*, de Ma-

naus, que mostra como falsos turistas e falsos missionários estão roubando os conhecimentos seculares dos povos indígenas. Cabral falou também da importância da apreciação, pela Câmara dos Deputados, de projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que estabelece o controle sobre o acesso aos recursos biológicos no país, já aprovado no Senado.

De acordo com o senador, enquanto o projeto da senadora pelo Acre não é aprovado, inúmeros produtos e medicamentos resultantes de conhecimento roubado de índios brasileiros já foram patenteados no exterior e estão gerando lucros para laboratórios estrangeiros.



Bernardo Cabral lembrou que índios são muito vulneráveis à ação dos biopiratas

Marina pede pressa para aprovação de seu projeto

Em aparte ao discurso de Bernardo Cabral, a senadora Marina Silva (PT-AC) fez um apelo para que a Câmara dos Deputados apresse a tramitação do seu projeto que estabelece critérios para a utilização desses recursos genéticos e também punições para os infratores:

– A biopirataria na Amazônia está sendo denunciada somente agora, mas ela existe desde a descoberta do Brasil, quando extratos de plantas foram retirados e utilizados na produção de cos-

méticos, medicamentos e outros produtos – lembrou Marina Silva.

A senadora esclareceu que somente a partir da realização da Eco-92, quando se instituiu a Convenção da Biodiversidade, cada país ganhou autonomia para gerenciar seus recursos. Ficou acertado que cada nação regulamentaria o acesso a estes recursos. Até então, estes recursos eram tratados como bens da humanidade, e acessados de forma gratuita.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) su-



Marina: pirataria vem desde o descobrimento

geriu que a denúncia de Cabral seja levada à Justiça. Ele afirmou que as evidências apontavam para a existência de uma “máfia transnacional” agindo no mundo.

Geraldo Althoff (PFL-SC) classificou de procedente a preocupação de Bernardo Cabral e disse que o interesse mundial pela floresta amazônica vai muito além

do que se possa imaginar. “O futuro farmacológico está na floresta amazônica”, opinou.

Romeu Tuma (PFL-SP) disse que o pronunciamento de Bernardo Cabral, além de ser uma denúncia contra a biopirataria, era também uma homenagem aos senadores Marina Silva e Osmar Dias (PSDB-PR). Ele registrou que antes da senadora do Acre assumir o seu mandato, pouco se ouvia falar em termos como biodiversidade.

Já o senador Odacir Soares (PTB-RO), em outro aparte, classificou a denúncia como mais uma demonstração dos débitos que o governo federal tem com a região amazônica.

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
CPMF			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Nesta sexta-feira, 2º dia de discussão do 2º turno
Reforma Político-Partidária			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Apreciação na CCJ, em 20/1/99
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
Outros assuntos			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	CE
PLC 48/98	Ensino no Exército Brasileiro	Bernardo Cabral (PFL-AM)	CCJ/CE
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Constará na Ordem do Dia de 21/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.